

## Sobre o indivíduo e o individualismo

Walter Praxedes

Este ensaio apresenta algumas reflexões sobre o indivíduo e o individualismo na modernidade, abordando a emergência de uma “razão técnica ou instrumental” que orienta as condutas individuais com sentidos finalísticos e utilitários e leva à desarticulação das instâncias coletivas da vida social como a família, as associações de todos os tipos e até do Estado em muitas sociedades.

Segundo os estudos de Bauman (2001) a modernidade é a era em que a vida social passa a ter como centro a idéia da existência do indivíduo e do individualismo, demarcados por uma crescente autonomia em relação à vida comunitária e social. Para utilizarmos as próprias palavras do autor, “a apresentação dos membros como indivíduos é a marca registrada da sociedade moderna” (Bauman, 2001: 39).

Com o cartesianismo difunde-se a idéia de que o indivíduo pode racionalmente chegar ao conhecimento da verdade. O indivíduo racional, sujeito de um conhecimento que leva à verdade é também um dos marcos da modernidade, e o assombro desse indivíduo “diante de tudo que é como é” (Arendt, 1999: 286) vai alimentar a dúvida cartesiana contra a certeza da salvação e impulsionará a pesquisa racional e metódica sobre os fatos da realidade.

Seguindo esta linha de raciocínio, pode-se dizer, que a Reforma Protestante provoca o surgimento do indivíduo religioso que buscará por si mesmo a sua ligação com o sagrado e os sinais da salvação. Já no pensamento contratualista que inspirou a Revolução Francesa são os indivíduos que se tornam os portadores de direitos, como indica a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” aprovada pela Assembléia Constituinte Francesa em 26/08/1789, segundo a qual “os homens nascem e permanecem livres e iguais em direito; a associação política tem por finalidade assegurar a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão; a lei passa a ser considerada como expressão da vontade geral e todos os cidadãos têm o direito de participar, com liberdade de expressão.

Na era moderna, desde estes seus prenúncios mencionados acima, a tradição passa a ser sistematicamente rejeitada pela obsessiva busca da novidade, que deve ser entendida simplesmente como tudo aquilo que até então não fora visto, vivenciado ou criado por ninguém.

A criação se efetiva como uma forma de busca do novo e da substituição do existente por algo feito pelo homem e que não pode ser encontrado na natureza. Conservar, manter, garantir a durabilidade e evitar a obsolescência ou a depreciação de um bem eram formas que a humanidade encontrara para lidar com a escassez. Na era moderna, ao contrário, a destruição se tornou uma das principais alavancas da produção e a depreciação planejada dos bens e criações humanas passou a alimentar uma economia baseada no desperdício que propicia a nova produção, o consumo deixa de ser um meio para a satisfação das necessidades humanas para se tornar um meio de incrementar a produtividade.

Para criar o novo e produzir ininterruptamente o indivíduo desenvolve um verdadeiro culto à atividade produtiva, como indicou Weber ao evidenciar a importância da ética

do trabalho na doutrina da vocação de Lutero, invertendo a tradicional ordem hierárquica que colocava a *vita contemplativa* em primeiro plano em relação à *vita activa*, como nos recorda Hannah Arendt em “A condição Humana” (Arendt, 1999: 302). Como escreveu esta autora “a produtividade e a criatividade, que iriam se tornar os mais altos ideais e até mesmo ídolos da era moderna, em seus estágios iniciais são qualidades inerentes ao *Homo Faber*, ao homem como construtor e fabricante” (Arendt, 1999: 309).

O indivíduo moderno buscará os meios materiais reclamados por sua engenhosidade na própria natureza, que passa a ser instrumentalizada como um mero recurso a disposição de si, alçado à posição soberana de “medida de todas as coisas”.

As máquinas-ferramentas que elevaram à máxima potência a capacidade de o animal humano se apropriar da natureza ganham um local de destaque no altar da modernidade.

O julgamento que o indivíduo moderno passou a realizar tanto sobre o mundo natural quanto sobre o mundo humano, passou a estar orientado pelo princípio da utilidade para os fins da produtividade e da criatividade. Assim nasceu, segundo Henri Bergson “o desprezo por qualquer pensamento que não possa ser considerado como ‘primeiro passo’ para a fabricação de objetos artificiais, principalmente de objetos para fabricar outros instrumentos e permitir a infinita variedade de sua fabricação”. (Citado por Arendt, 1999: 313).

Este culto à produtividade e à criatividade só poderá ser mantido se ao menos alguns indivíduos resistirem ao “canto das sereias” da satisfação imediata através do consumo, para com isso conseguir acumular a propriedade dos meios de produção, enquanto a maioria se entregará ao consumo como consolação pela sua impossibilidade de acumular propriedades mas não sem uma competição acirrada para a definição daqueles que serão os proprietários.

Para realizar suas inclinações, esse indivíduo desenvolve uma concepção instrumental de razão, fundamentada no princípio da causalidade, na dimensão contábil e quantitativa, e na utilidade econômica das coisas, incluídos entre estas os demais seres humanos. O problema central da modernidade é que como consequência desta racionalidade instrumental, o aumento das forças produtivas, o desenvolvimento da técnica, da capacidade de organização e a qualificação da força de trabalho, podem inviabilizar a emancipação humana.

A propriedade acumulada, como resultado alcançado pelo espírito empreendedor e ascético, sobre o qual escreve Max Weber, é o signo que distingue aqueles que chegam ao sucesso de todos os demais que concorrem no mercado com o mesmo objetivo. Para Weber a origem dessa nova mentalidade capitalista remonta à Reforma Protestante com seu estímulo para a orientação ascética da conduta individual. De acordo com essa reflexão Weberiana as formas de representação religiosa se desdobram em formas de racionalidade características da era moderna, e que podem ser exemplificadas pela conduta racional capitalista de busca irrefreável pela rentabilidade, ou seja, um lucro sempre renovado a ser acumulado sem limitações por um indivíduo.

O capitalismo se desenvolve, possivelmente, segundo Weber, ao combinar “a restrição do consumo com essa liberação da procura da riqueza”, resultando, assim “a acumulação capitalista através da compulsão ascética à poupança” e o seu uso como investimento de capital (Weber, 1985: 121). Esse processo de racionalização da conduta

individual decorre da destruição das concepções mítica, religiosas e metafísicas do mundo, gerando, em consequência, uma cisão entre os indivíduos e a sociedade, cisão que só aumenta com o progressivo “desencantamento do mundo”.

O indivíduo perde, assim, o sentido da sua própria vida ao romper os seus vínculos comunitários. Abandonado à sua própria racionalidade finalista sua atividade social termina subordinada a um aparato administrado burocraticamente através de normas racionais que tolhem a sua liberdade, reduzindo a vida humana à função desempenhada no interior de uma estrutura organizacional.

Em consequência, no mundo moderno, como escreveu Lucien Goldmann,

"A vida econômica assume o aspecto do egoísmo racional do *homo oeconomicus*, da busca exclusiva do máximo de lucros, sem qualquer preocupação pelos problemas da relação humana com outrem e, sobretudo sem qualquer consideração pelo todo. Nessa perspectiva os outros homens tornar-se-ão, para o vendedor e o comprador, objetos semelhantes aos outros objetos, simples meios que lhes permite a realização de seus interesses e cuja qualidade humana única e importante será a capacidade para concluírem contrato e engendrem as obrigações constrangedoras" (Goldmann, 1967, p178).

#### Referências

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1999.
- ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo, Unesp, 1991.
- GOLDMANN, Lucien. *Sociologia do Romance*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1967.
- HELLER, Agnes. “Uma crise global da civilização: os desafios do futuro. In: HELLER, Agnes [et al.]. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios do século XXI*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1999.
- TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis, Vozes, 2002.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1985.